



ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS
DO MARANHÃO

INFORMATIVO dia-a-dia

ano 3 • nº 29 • agosto de 2009



Mais uma etapa de obras na AMMA

As obras da segunda etapa da nova sede social da AMMA, na avenida Luís Eduardo Magalhães (Calhau), já estão em andamento. Os trabalhos, executados pela Construtora Primor, tiveram início em julho, com previsão de conclusão para maio do próximo ano. Esta etapa consiste na complementação da área do estacionamento, urbanização e iluminação, construção de quadras de tênis e poliesportiva e preparação do terreno para a terceira fase, quando serão construídos o restaurante e as piscinas com área de apoio. A AMMA está investindo recursos da ordem de R\$ 300 mil, oriundos exclusivamente das contribuições mensais dos associados. A construção das piscinas com espaço de apoio e restaurante será concretizada com um novo orçamento. **Páginas 4 e 5**

Readequação de subsídio é requerida judicialmente

A AMB ingressou com Mandado de Injunção no STF, pleiteando a readequação do subsídio dos ministros do Supremo em virtude da omissão da Câmara dos Deputados em votar o Projeto de Lei (PL) nº 7.297/2006. **Página 2**

Juiz de Icatu presta contas de suas ações à comunidade

O estudo “Maranhão em Números”, elaborado pela AMMA, já rendeu o primeiro resultado positivo no estado. A revelação foi feita durante a audiência pública realizada no dia 15 de julho, pelo juiz Ferdinando Se-rejo, na Comarca de Icatu. **Página 3**

AMMA fixa posição sobre Meta 2 determinada pelo CNJ

A AMMA não aceitará tentativa de transferência de responsabilidade para a esfera individual do magistrado, com relação ao cumprimento da Meta 2 fixada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Página 6**

Mãos à obra

Foi iniciada no mês de julho mais uma etapa da construção da nova sede social e administrativa da AMMA. Nesta fase, serão concluídos o estacionamento e a iluminação e construídas as quadras poliesportivas e de tênis, além da preparação do terreno para as piscinas e o restaurante.

A Diretoria Executiva deste biênio e do anterior tem clara a percepção de que a construção integral do conjunto arquitetônico projetado é uma obra coletiva e que se estenderá por outras administrações, não obstante a meta de entregar até o final da gestão todo o complexo esportivo e o restaurante em pleno funcionamento.

Não se trata de tarefa fácil, considerando que a Associação dos Magistrados do Maranhão somente dispõe de recursos oriundos das contribuições dos associados.

A venda da antiga sede do Olho d'Água e a economia dos gastos que eram realizados na sua manutenção constituirão as fontes de recursos que custearão a quarta fase da obra, a ser iniciada tão logo seja concluída a atual, consistindo na construção do restaurante e das piscinas.

Esta edição do Dia-a-Dia documenta o início desta nova etapa e o esforço empreendido para tornar realidade o sonho dos associados da AMMA de contar com uma sede moderna e localizada na região mais nobre da cidade de São Luís. Portanto, mãos à obra.

O informativo de agosto também aborda as atividades desenvolvidas pela AMMA em prol da magistratura maranhense e a bela experiência da audiência pública em Icatu, além de trazer uma entrevista com o juiz Roberto Abreu, destacando a importância do gerenciamento das unidades judiciárias.

Boa leitura!

Readequação de subsídio é pleiteada na Justiça

A ministra Ellen Gracie é relatora do Mandado de Injunção nº 1650, protocolado dia 30 de julho no Supremo Tribunal Federal (STF) pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Na ação, as entidades pleiteiam a readequação do subsídio dos ministros do Supremo em virtude da omissão da Câmara dos Deputados em votar o Projeto de Lei (PL) nº 7.297/2006, encaminhado pelo próprio STF ainda em 2006.

Com o ajuizamento do Mandado de Injunção, as entidades reafirmam o compromisso com a defesa dos direitos e prerrogativas dos magistrados brasileiros, buscando, assim, concretizar a garantia constitucional da irredutibilidade de subsídios, com base na garantia da revisão geral anual.

As três entidades tomaram a decisão de ingressar juntas com a ação em reunião realizada no mês de junho, quando o presidente da

AMB, Mozart Valadares Pires, comunicou aos dirigentes da Ajufe e Anamatra a deliberação favorável do Conselho Executivo da entidade em buscar uma solução para o impasse pela via judicial.

Para o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Gervásio Santos, “o ingresso do Mandado de Injunção não inviabiliza a movimentação política no âmbito do Congresso Nacional, que deve continuar com a mesma intensidade”. Segundo ele, o objetivo da medida judicial, que contou com o apoio expresso da AMMA, foi abrir um novo caminho na luta pela atualização dos subsídios da magistratura.

Em reunião na semana passada, com o presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, os líderes associativos tiveram a confirmação de que uma eventual ação na Justiça não interferiria na negociação direta com os parlamentares. Além disso, Mendes demonstrou preocupação com as recentes notícias dando conta de cortes no Orçamento da União.

Informática precária nas unidades judiciais

A Diretoria Executiva da AMMA encaminhou ofício à Presidência do Tribunal de Justiça e à Corregedoria, solicitando a adoção de providências no sentido de melhorar as condições dos equipamentos de informática das unidades judiciárias do estado, em especial nas Comarcas do interior. No documento, a AMMA não apenas cobra providências como aponta sugestões para tornar o setor de informática adequado às necessidades dos juizes e servidores do Judiciário.

A primeira sugestão é quanto ao aumento da capacidade do link para uma velocidade mínima de 512 Kb,

uma vez que a velocidade utilizada de 128 Kb é bastante lenta, situação que gera uma constante perda de dados e a morosidade dos serviços.

Na mesma linha, a AMMA propõe a criação de um cronograma para a manutenção periódica das máquinas, bem como um planejamento financeiro que possibilite a atualização permanente dos equipamentos de informática, especialmente nas Comarcas do interior, onde muitas das vezes as máquinas possuem ainda a configuração Pentium III, com pouquíssima memória e baixa capacidade de trabalho.

expediente

Jornal Dia-a-Dia é o informativo mensal da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA. Rua do Egito, 351 - Centro - CEP: 65010-190.

Fones: (98) 3221- 4414 / 3232 - 1947 / 3231- 8073

E-mails: amma@amma.com.br • ammaimprensa@gmail.com

Diretoria Executiva:

Gervásio dos Santos Júnior (presidente)
José Brígido Lages (1º vice-presidente)
Nilo Ribeiro Filho (2º vice-presidente)
José Pereira Licar (3º vice-presidente)
Lícia Cristina (secretária-geral)
Márcio do Carmo (secretário-adjunto)
Carlos Henrique Veloso (tesoureiro-geral)
Márcia Chaves (tesoureiro-adjunto)

Conselho Fiscal - Titulares:

Sidarta Gautama Maranhão
Rosângela Praseres
Roberto Abreu
Andrea Permutter
Holidice Barros

Conselho Fiscal - Suplentes:

Antônio Luiz Almeida
Vicente Ferreira Lopes
Larissa Tupinambá Castro

Jornalista Responsável:

Jacqueline Barros Heluy - DRT 750 MA

Fotos:

Biné Moraes

Projeto Gráfico:

Ideia Propaganda & Marketing

Diretor de Arte:

Márcio Veiga

Diagramação:

Wemerson Macêdo

Juiz mostra trabalho em Icatu

O estudo “Maranhão em Números” - diagnóstico do Judiciário maranhense elaborado pela Associação dos Magistrados a partir de dados do Conselho Nacional de Justiça (“Justiça em Números”) - já rendeu o primeiro resultado positivo no estado. A revelação foi feita durante a audiência pública realizada no dia 15 de julho pelo juiz Ferdinando Serejo, na Comarca de Icatu. O evento, que teve como foco a prestação de contas das ações do Judiciário, contou com a presença do presidente da AMMA, Gervásio Santos.

De forma didática, transparente e objetiva, o juiz Ferdinando Serejo expôs à comunidade de Icatu, reunida na Câmara Municipal, o resultado de um ano de suas atividades jurisdicionais na referida comarca. O referencial usado no levantamento feito pelo magis-



Juiz Ferdinando Serejo apresentou ações do Judiciário

trado, com a participação dos servidores, foi o estudo “Maranhão em Números”, o qual resultou no diagnóstico “Icatu em Números”.

Ao realizar a audiência, o juiz conseguiu atingir cinco objetivos prioritários: promover a transparência, mostrar as dificuldades enfrentadas e os desafios vencidos, colher reivindicações e promover a participação social no Judiciário.

Os participantes da audiência, entre advogados e vereadores de municípios da região, professores e pessoas da comunidade, tiveram a oportunidade de saber, por exemplo, que a Comarca de Icatu possui 55.153 eleitores, aproximadamente 77 mil habitantes e 3.223 processos. Toda esta demanda para apenas um juiz e oito servidores. O evento contou

com a participação do promotor Raimundo Nonato Leite Filho.

Em 12 meses, deram entrada 946 novos processos e foram proferidas 801 sentenças (325 no mutirão realizado recentemente).

Com base no diagnóstico “Maranhão em Números”, da AMMA, o juiz Ferdinando Serejo e sua equipe conseguiram traçar o perfil do Judiciário de Icatu, suas principais dificuldades e os pontos que necessitam de melhor atenção da administração do Judiciário para resultar em melhorias na prestação de serviços à sociedade.

O juiz expôs que as principais dificuldades na comarca são falta de funcionários, equipamentos que quebram com frequência, população sem acesso à internet, grande acervo processual e apenas um juiz para 77 mil habitantes.

Realidade da Comarca

O estudo da AMMA revelou que o Maranhão tem 4,1 juízes para cada grupo de 100 mil habitantes, sendo o segundo pior estado do Brasil nesta condição. Seguindo os mesmos parâmetros, o estudo realizado por Ferdinando demonstrou que a situação de Icatu é ainda mais grave, pois tem apenas 1,3 juiz para o mesmo grupo de habitantes. Para atingir média igual a do Maranhão, Icatu precisaria de 3,23 juízes.

No item relativo a servidores, a realidade de Icatu é também crítica. A Comarca conta com oito funcionários do quadro, incluindo o assessor do juiz. Pelo estudo da AMMA, a média do Maranhão para o grupo de 100 mil habitantes é de 42,1. Portanto, para atingir a média do Maranhão, que já é baixa, seriam necessários 33 funcionários no quadro de Icatu.

Em sua explanação, o juiz Ferdinando Serejo foi fiel na apresentação dos números tanto quanto foi humilde ao pedir o apoio da comunidade, uma vez que o desconhecimento desta realidade resulta em várias consequências.

Ferdinando Serejo deixou claro sua determinação em implantar uma gestão transparente, dando várias oportunidades para que a sociedade de Icatu acompanhe o trabalho do Judiciário.

Com todas as carências estruturais expostas, o resultado é que a Comarca de Icatu demonstrou que está trabalhando muito acima das suas possibilidades e que o juiz tem alta produtividade e transparência em suas ações. Ao final, Ferdinando Serejo explicou aos participantes da audiência que tem pautado seu trabalho com o máximo de responsabilidade que o cargo lhe exige.

AMMA destaca atuação

O presidente da AMMA, Gervásio Santos, elogiou a atitude corajosa, transparente e dinâmica do juiz Ferdinando Serejo em realizar a audiência pública. Disse que a AMMA se sente orgulhosa por ter um magistrado que, apesar dos problemas, veio a público prestar contas do seu trabalho. “Ferdinando é um herói porque consegue superar as dificuldades e de cabeça erguida mostrou os feitos e dificuldades da Comarca”, ressaltou.

Para o presidente da AMMA, a aproximação com a sociedade é um bom exemplo a ser seguido. “Demonstra que o Poder Judiciário está evoluindo, pautando seu compromisso com a transparência e tendo a coragem de ir a público dizer o que foi feito, o que não foi feito e o porquê de não ter sido feito.”

Segundo Gervásio, prestar justiça no Maranhão não é tarefa fácil. Torna-se difícil em função, principalmente, das condições inadequadas de trabalho, fruto da falta de visão dos dirigentes do Poder Judiciário. Ele informou que na maioria das vezes o magistrado consegue prestar um trabalho maior dos que as condições lhe permitem. “Essas dificuldades influenciam na qualidade do serviço jurisdicional prestado. É mais fácil colocar a culpa no juiz do que resolver os problemas”, destacou.



Gervásio destacou o trabalho de Ferdinando

Assessoria jurídica para associados

Acompanhamento especializado de assessoria jurídica para a defesa de seus associados no âmbito de procedimento administrativo disciplinar. Este é o objetivo primordial do contrato de prestação de serviço assinado no dia 3 de agosto entre o presidente Gervásio Santos e o advogado José Cavalcante de Alencar Júnior. A decisão de contratar uma assessoria jurídica foi deliberada na última reunião da Diretoria Executiva, realizada no dia 21 de julho.

A assessoria jurídica da AMMA fornecerá aos associados serviços de assessoramento em todo o trâmite processual, apresentação de defesas, participação em audiências



Advogados assinam contrato com o presidente da AMMA

e sessões de julgamento, interposição de recursos e recursos de sustentação oral. O trabalho será executado pelos advogados Alencar Júnior e Pedro Augusto Souza de Alencar.

Após o ato que selou a assinatura do contrato na sede administrativa da entidade, o advogado José Cavalcante de Alencar Júnior destacou a decisão da AMMA em profis-

sionalizar o atendimento jurídico, oferecendo aos seus associados serviço de qualidade. “É louvável a iniciativa da Associação dos Magistrados em inovar e oferecer mais um bom serviço aos seus associados”, disse.

O presidente da AMMA, Gervásio Santos, esclareceu que a prestação de serviços de assessoria jurídica será apenas aos magistrados associados que estejam respondendo a procedimento administrativo disciplinar. Isso significa dizer que a AMMA assegura a qualquer associado a defesa técnica na hipótese de vir a responder processo de natureza administrativa no âmbito do Tribunal de Justiça.

Banco de Sentenças disponibilizado no site

Os associados da AMMA dispõem de um novo serviço no site da entidade. Trata-se do Banco de Sentenças, um canal de divulgação pelo qual o magistrado tem a oportunidade de levar ao conhecimento dos colegas, da comunidade jurídica e de toda a sociedade, sentença de sua lavra que considere importante. O objetivo da Diretoria Executiva, ao idealizar e tornar possível esta

nova ferramenta de informação, é valorizar os seus associados por meio da divulgação e troca de conhecimentos.

O Banco de Sentenças pode ser acessado por qualquer magistrado associado. É muito fácil operá-lo. Basta clicar sobre o banner que se encontra na página principal do site e digitar o número do CPF. Em seguida, surgirão dois quadros

- “nova sentença” e “visualizar minha sentença”. O associado deverá clicar sobre “nova sentença” e digitar o tipo (cível, criminal...), o título e “gravar sentença”. A partir daí, a sentença já está ativada.

Lembrando que qualquer pessoa que acessar o site da AMMA poderá visualizar as sentenças arquivadas de todos os juízes, mas apenas os magistrados associados

poderão gravá-las.

O novo dispositivo oferecido pela AMMA já se encontra ativado no site, mas ainda passará por um período de aperfeiçoamento a fim de tornar o serviço mais dinâmico. Para tanto, a AMMA quer contar com a participação dos associados, cujas sugestões podem ser enviadas para amma.assessoria@gmail.com ou ferdinandomserejo@gmail.com.

Posse dos conselheiros dia 31 no Gran São Luís

Os novos membros do Conselho de Representantes da AMMA, eleitos para o biênio 2009/2010, serão empossados no dia 31 de agosto às 8h30, em solenidade a ser realizada no Gran São Luís Hotel. Logo após a posse, será realizada a primeira reunião dos novos conselheiros.

Para as Regionais nas quais não houve candidato inscrito, a Diretoria Executiva da AMMA, conforme o regulamento, in-

dicou os juízes Sidarta Gautama Maranhão (Timon), Andréa Permultter (Chapadinha) e o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho (Tribunal de Justiça). A eleição realizou-se de 9 a 15 de junho, com a participação de 13 magistrados.

O Conselho de Representantes é uma das instâncias mais importantes no âmbito da Associação dos Magistrados do Maranhão. É composto por magistrados escolhidos em elei-

ção direta no seio da própria classe, os quais têm a prerrogativa de participar de todas as decisões da Di-

retoria Executiva, apresentar sugestões e atuar como parâmetro de avaliação da entidade.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

REGIONAL DE SÃO LUÍS - Adelvan Nascimento, Nelson Moraes Rego e Márcio Brandão

REGIONAL DE BACABAL - Marilse Medeiros

REGIONAL DE SANTA INÊS - Rodrigo Nina

REGIONAL DE IMPERATRIZ - Marco Antonio Oliveira

REGIONAL DE PINHEIRO - Paulo de Assis Ribeiro

REGIONAL DE PRESIDENTE DUTRA - Marcelo Oka

REGIONAL DE TIMON - Sidarta Gautama Maranhão

REGIONAL DE CHAPADINHA - Andrea Permultter

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - José Ribamar Froz Sobrinho

APOSENTADOS - Maria do Socorro Barros



Tratores fazem o nivelamento do terreno onde está sendo executada a segunda etapa de obras

Começa a segunda etapa de obras da nova sede

As obras da segunda etapa da nova sede social da AMMA, na avenida Luís Eduardo Magalhães (Calhau), já estão em andamento. Os trabalhos, executados pela Construtora Primor, tiveram início em julho, com previsão de conclusão para maio do próximo ano.

A segunda etapa consiste na complementação da área do estacionamento, urbanização e iluminação, construção de quadras de tênis e poliesportiva e preparação do terreno para a terceira fase, quando serão construídos o restaurante e as piscinas com área de apoio.

Nesta fase, a AMMA está investindo recursos da or-

dem de R\$ 300 mil, oriundos exclusivamente das contribuições mensais dos associados. As obras das piscinas com espaço de apoio e restaurante serão construídas com um novo orçamento.

No dia 20 de julho, o presidente Gervásio Santos esteve acompanhando pessoalmente o andamento das obras, aprovando as intervenções já realizadas.

Gervásio fez questão de destacar que os recursos para a construção da nova sede são frutos do trabalho e esforço administrativo da Diretoria, que buscou otimizar a aplicação das contribuições mensais dos associados, efetuando cortes

de despesas desnecessárias e implantando um gerenciamento profissional.

“O direcionamento adequado dos recursos da AMMA permite o cumprimento das metas traçadas no início da gestão, além de se manter em sintonia com as expectativas dos associados que foram reveladas na primeira pesquisa de opinião, realizada no início do ano passado”, esclareceu.

Toda a obra da nova sede social do Calhau tem projeto arquitetônico idealizado pelo arquiteto Ricardo Perez. É dele também a maquete que se encontra exposta no local para que

os associados conheçam o empreendimento. Após a inauguração desta etapa, a Diretoria Executiva planeja iniciar a construção do restaurante e piscinas.

Na primeira etapa, inaugurada em agosto do ano passado, foi reestruturada toda a área do campo de futebol, que envolveu a construção de vestiários, bar de apoio, banheiros, drenagem, urbanização, iluminação e estacionamento.

Em junho deste ano, os associados puderam experimentar o espaço agradável da nova sede, com a realização do arraial junino, sucesso de público e animação.

Sede social do Olho d'Água é vendida

Após exaustivas negociações intermediadas pela Diretoria Executiva, a venda da sede social da Associação dos Magistrados, na praia do Olho d'Água, foi concretizada. A negociação vitoriosa, que envolveu o prédio e parte de um terreno em frente onde funcionava o estacionamento, resultou no valor líquido de R\$ 797.000,00 (setecentos e noventa e sete mil reais), muito acima do preço avaliado para o imóvel, que

foi de R\$ 664.375,00, de acordo com a Imobiliária Pereira Feitosa Imóveis.

O prédio foi adquirido por Antonio Fernando Bayma Araújo, que já efetuou o pagamento no valor líquido de R\$ 740 mil, negociação intermediada pela Masa Imobiliária Ltda. O terreno, por sua vez, foi comprado por Cláudio Alberto Guimarães, que pagou R\$ 57 mil, valor também líquido. A venda total resultou aos cofres da AMMA o total de R\$ 797 mil.

A forma equilibrada e transparente de negociar

a antiga sede, pela Diretoria Executiva, resultou em vantagem financeira para a AMMA. A aquisição do imóvel e do terreno por compradores distintos resultou no valor total de R\$ 797 mil para os cofres da associação, sendo R\$ 740 mil frutos da sede e R\$ 57 mil do terreno. Isso significa dizer que o imóvel, em sua totalidade, foi vendido por R\$ 132.625,00 a mais do que a cotação de mercado.

Com a venda da antiga sede, os associados terão, no início do segundo semes-

tre de 2010, grande parte da moderna sede social e administrativa concluída. Todo o dinheiro obtido com a venda do prédio do Olho d'Água está depositado em uma conta exclusivamente para a construção do novo prédio no Calhau. Esta também foi uma deliberação dos associados em assembleia geral, que será cumprida à risca pela Diretoria Executiva. Nenhum centavo será destinado para outra finalidade da entidade.

AMMA cobra plano de ação



Diretoria Executiva da AMMA deliberou posicionamento a respeito do cumprimento das metas fixadas pelo CNJ

Qualquer tentativa de transferência de responsabilidade para a esfera individual do magistrado, com relação ao cumprimento da Meta 2 fixada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), será duramente rechaçada pela AMMA. O posicionamento deliberado pela Diretoria Executiva, em reunião realizada no dia 21 de julho, já foi comunicado, por meio de ofício, ao Tribunal de Jus-

tiça, à Corregedoria e ao próprio CNJ.

No ofício, a Diretoria Executiva solicita ao Tribunal e à Corregedoria a imediata adoção de um plano de ação, com vistas a possibilitar o cumprimento de todas as Metas Nacionais de Nivelamento fixadas pelo CNJ, inclusive a Meta 2. A AMMA considera que o alcance das metas é uma obrigação institucional do Judiciário e nenhum juiz

poderá ser responsabilizado caso não seja cumprida.

Ao cobrar do Tribunal de Justiça a adoção do plano de ação para o cumprimento das metas fixadas pelo CNJ, a AMMA ressalta a sua postura em defesa dos juízes. De acordo com o presidente Gervásio Santos, o erro não está na fixação de objetivos a serem alcançados para uma melhor prestação jurisdicional, mas na falta de planejamento de

ações e na ausência de condições para que estas metas sejam atingidas.

As metas de nivelamento contidas na Resolução 70 do CNJ foram aprovadas durante o Encontro Nacional do Judiciário, do qual participaram presidentes dos Tribunais da Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, do Trabalho, Militar, dos Tribunais Superiores e de representantes de associações de magistrados.

“Responsabilidade não é do juiz”

De todas as Metas fixadas pelo CNJ, a número 2 é a mais polêmica porque determina a identificação dos processos judiciais mais antigos e a adoção de medidas concretas para o julgamento dos que tiverem sido distribuídos até 31/12/2005 (em 1º e 2º graus ou tribunais superiores).

De acordo com Gervásio Santos, as manifestações contrárias à Meta 2 demonstram um profundo desconhecimento do conteúdo da Resolução 70. Ele explica que o entendimen-

to equivocado, que tende a colocar o juiz como centro do cumprimento da determinação, escamoteia a realidade e altera o foco da responsabilidade, pois, na verdade, cabe ao Tribunal e à Corregedoria criar as condições necessárias para a operacionalização dos objetivos traçados, inclusive nas Comarcas que estão sem juízes titulares no Maranhão.

Ciente do verdadeiro sentido da Meta 2, a AMMA tem se mantido ao lado dos juízes, cobrando melhorias estruturais nas unidades

judiciais, além de ter ido diversas vezes ao CNJ relatando a realidade do Judiciário do Maranhão.

O presidente da AMMA esclareceu que, para o alcance das Metas do CNJ, é imprescindível que haja uma atuação da administração judiciária que assegure estrutura suficiente para que os objetivos sejam cumpridos como um todo. “Nenhum juiz será responsabilizado individualmente se a Meta não for alcançada em razão da ausência do apoio institucional”, informou Gervásio.

Segundo ele, três são os elementos preponderantes a ser adotados pela administração do Judiciário para que os fins sejam alcançados: plano de atuação conjunta, fornecimento de pessoal e material para operacionalização das medidas de emergência, orientação e acompanhamento das ações planejadas.

“Se tais condições não forem oferecidas, quem responderá pelo não cumprimento dessas metas não será o juiz e sim a administração do Judiciário”, enfatizou o presidente da AMMA.

“O juiz é gestor da sua unidade judicial”



O trabalho que vem sendo realizado pelo juiz Roberto Abreu na 4ª Vara da Comarca de Bacabal servirá de referência para um projeto que será implantado pela Corregedoria Geral em todas as unidades judiciais do estado. Originado no segundo semestre de 2004, a experiência poderá ser uma grande aliada na identificação de critérios objetivos para definição e aferição da produtividade dos juizes. Nesta entrevista, o magistrado detalha a sua iniciativa.

Em que consiste o projeto de sua autoria que será implantado pela Corregedoria em todas as unidades judiciais?

Roberto Abreu - A primeira versão foi denominada de Projeto de Gestão das Atividades Judiciais do Primeiro Grau, que tinha por objetivo aferir a produtividade dos magistrados. Foi preparado e ganhou publicidade no segundo semestre de 2004, quando começamos a falar sobre a necessidade de planejamento estratégico no âmbito do Poder Judiciário nacional. Coincidiu justamente com o momento que o Judiciário passou a ter que administrar esta crise de ser taxado de ineficiente e de que não conseguia dar solução às demandas que recebia anualmente em todas as unidades judiciais.

Este trabalho já está sendo adotado em alguma unidade judicial do Maranhão?

Roberto Abreu - Os conceitos colocados neste projeto já são usados na minha unidade judicial, que é a 4ª Vara da Comarca de Bacabal. Lá eu tenho mapeados todos os processos e suas características, tais como número de ações de alimentos, divórcios, inquéritos e ações penais. O trabalho foi produzido em cima desses dados, permitindo que eu pudesse identificar onde se encontra a

maior concentração de processos e efetuasse a instrução dos mais antigos antes dos mais novos.

Há alguma semelhança com as metas de alinhamento fixadas pelo CNJ?

Roberto Abreu - Na verdade, iniciei este trabalho em 2004, mas estamos vendo este sentimento hoje sendo trabalhado no STF e no CNJ. O ministro Gilmar Mendes, junto com os presidentes de Tribunais, fixou metas de alinhamento para o Judiciário brasileiro e uma delas é a Meta 2, que consiste em identificar e julgar todos os processos que ingressaram no Judiciário até 2005. Dentro desta percepção, estamos trabalhando com a compreensão de que é preciso ter alguns critérios para este trabalho. Já faço uso destas técnicas na minha unidade, mas esta visão que está se dando no momento é macro, é institucional e deve partir da administração do Judiciário que tem o poder de decisão.

O projeto sofreu alguma reformulação para se adequar aos critérios de produtividade exigidos pelo CNJ?

Roberto Abreu - Os conceitos básicos do projeto não foram reformulados. Na verdade, apenas demos uma nova roupagem no sistema de verificação que deve apontar os resultados. Na primeira versão, a nossa proposta era identificar critérios objeti-

vos para a definição e aferição da produtividade dos juizes. Então fizemos uma reformulação a fim de que os desembargadores, no momento da definição da promoção por merecimento, fossem mais maleáveis e trabalhassem com critérios de avaliação de indicadores levando em consideração determinadas especificidades de cada unidade judicial.

Na prática, como o projeto idealizado pelo senhor pode contribuir para a verificação da produtividade do juiz?

Roberto Abreu - O nosso modelo leva em conta todas as variáveis possíveis da unidade judicial, dentre elas a quantidade de dias úteis que temos para as atividades judicantes durante o ano, a infraestrutura do Judiciário do nosso estado, o número de unidades e de juizes providos, que normalmente não coincide com o número de unidades judiciais. Até hoje não instalamos todas as Comarcas e unidades criadas por lei. Temos um número de juizes que, a rigor, deveria ser maior do que a de unidades judiciais. Então reunimos todos esses dados combinados e o que cada unidade precisa produzir mensalmente para que o Judiciário maranhense possa alcançar a sua meta.

O maior beneficiado com esta organização da unidade será o próprio juiz?

Roberto Abreu - Cada unidade terá o seu mapa de produtividade de forma que o juiz, no momento em que chegar a determinada unidade, saberá que o Judiciário previamente já definiu qual o mapeamento de produtividade para aquela unidade. Então ele não vai chegar no escuro para trabalhar. Ele terá referência e dentro deste contexto estaremos trabalhando o Judiciário como um todo. Para que os juizes atinjam as metas, não basta simplesmente apontar os números. É preciso criar o espaço com infraestrutura necessária, qualificação de pessoal, equipamentos e tecnologia, enfim, todas as ações que de fato possam permitir que seja alcançado este nível de excelência.

Aposentados sim, inativos jamais



Grupo de magistrados reunidos na nova sede da AMMA

Um grupo de aposentados associados à AMMA resolveu se organizar para incentivar os colegas da magistratura a vencer as barreiras do comodismo e participar ativamente da vida associativa da entidade. Com o lema “aposentados sim, inativos jamais”, o grupo de 15

magistrados teve a sua primeira reunião no mês de julho, na sede do Calhau, para definir o plano de atuação que será executado. O presidente Gervásio Santos esteve presente, levando o apoio da Diretoria Executiva.

De acordo com o juiz Carlos Magno Galvão Carvalho, da Diretoria de Aposentados

da AMMA, o objetivo é congregar os aposentados associados e pensionistas para discutir os problemas que enfrentam, apresentar propostas e buscar soluções.

Um dos pontos deliberados na reunião é que em cada sexta-feira do mês o grupo vai se reunir para um bate-papo informal, sempre às 10h, podendo ser na nova sede ou em qualquer outro local a definir.

Os aposentados que integram o grupo demonstraram preocupação com o afastamento de muitos magistrados que não estão na ativa das ações promovidas pela associação, alguns por comodismo, outros por motivos de doença. “Nós queremos justamente dar dinâmica a esta integração para que não haja mais distanciamento daqueles que não estão mais na ativa”,

explicou Carlos Magno.

O desembargador aposentado Benedito Tavares é um dos mais entusiasmados com a mobilização dos aposentados. “É uma excelente ideia do nosso colega Carlos Magno em promover esta integração. Desta forma nos sentimos valorizados”, declarou.

O desembargador Artur Almada Lima também ressalta a iniciativa da Diretoria de Aposentados da AMMA. “Nós vivemos como ilhas, isolados. Este é um momento de nos reunirmos, trocarmos idéias e não deixarmos perecer a nossa vibração pelo Direito. Também é uma oportunidade de manter o clima de camaradagem que sempre existiu entre nós. Vamos mostrar que aquilo que é bom não perece.”

AMMA destaca o Projeto Integrar

“O Projeto Integrar, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Maranhão, teve o mérito de estimular a cultura do gerenciamento no âmbito do Judiciário estadual.” Com estas palavras, o presidente da AMMA, Gervásio Santos, fez a abertura solene da exposição “A Justiça Faz História”, no Museu Histórico do Maranhão, no dia 9 de julho, com a presença do presidente do STF e do CNJ, ministro Gilmar Mendes.

Gervásio Santos fez questão de ressaltar que as dificuldades do Judiciário somente serão superadas com a adoção de uma gestão profissional que priorize a distribuição de recursos de forma equânime.

A solenidade no Museu Histórico fez parte da programação de encerramento do Programa Integrar no Maranhão. Além de Gilmar Mendes, marcaram presença o presidente do TJMA,

desembargador Raimundo Freire Cutrim; o corregedor-geral de Justiça, Jamil Gedeon Neto; o então governador em exercício, João Alberto de Souza; o presidente da Assembléia Legislativa, Marcelo Tavares, magistrados, advogados e representantes de instituições públicas ligadas à área cultural e jurídica.

Ao se referir à importância da exposição fotográfica que revelou parte da memória do Judiciário do Maranhão, Gervásio ressaltou que a história permite, por meio do conhecimento do passado, entender o presente e planejar o futuro. Segundo ele, se ontem o Judiciário do estado era chamado para intervir em litígios envolvendo propriedade de escravos, hoje o seu papel é garantir os direitos previstos na Constituição.

O presidente da AMMA destacou que aquela era



Gervásio ressaltou o projeto em solenidade no Museu Histórico

uma data histórica, pois o trabalho realizado pelo CNJ, em parceria com o Tribunal de Justiça, Corregedoria, magistrados e servidores, permitiu que daqui a alguns anos todos possam olhar para trás e lembrar o dia em que foi dada uma guinada na administração do Judiciário maranhense. “Espera-se que, no fu-

turo, o Judiciário preste este serviço com eficiência e qualidade, dentro dos parâmetros bem definidos pelo Projeto Integrar. A AMMA, por sua vez, tudo fará para que este data realmente se consolide como o dia que veio imprimir uma nova visão na administração do Judiciário maranhense”, afirmou.